

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
***Campus Realeza - PR***  
**Licenciatura em Letras Português e Espanhol**

**ANALFABETISMO ENTRE JOVENS E ADULTOS:**

Estudo da Meta 9 dos Planos Municipais de Educação do sudoeste paranaense

Jessica Bortolini dos Santos<sup>1</sup>  
Gilson Luís Voloski<sup>2</sup>  
Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia<sup>3</sup>

---

1 Acadêmica do Curso de Letras Português e Espanhol 11º Fase. Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. [jessicabortolini9@gmail.com](mailto:jessicabortolini9@gmail.com)

2 Doutor em Educação. Orientador. Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. [gilson.voloski@uffs.edu.br](mailto:gilson.voloski@uffs.edu.br).

3 Doutor em Educação. Co-orientador. Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. [ronaldo.garcia@uffs.edu.br](mailto:ronaldo.garcia@uffs.edu.br).

## RESUMO

Esta pesquisa refere-se ao estudo documental da Meta 09 (nove) do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), delimitando a análise descritiva nos Planos Municipais de Educação (PMEs 2015-2025), microrregião da fronteira do sudoeste do Paraná, compreendendo os treze municípios do Estado: Capanema, Planalto, Realeza, Pérola d' Oeste, Bela Vista da Caroba, Santa Izabel do Oeste, Pranchita, Ampere, Santo Antônio do Sudoeste, Pinhal de São Bento, Francisco Beltrão, Bom Jesus do Sul e Barracão. Considerando que o objetivo desta meta é elevar a taxa de alfabetização da população com mais de 15 anos, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir a taxa de analfabetismo funcional no Brasil, pergunta-se o que os municípios da região estão propondo em seus planos? Com base nisso, examinamos de que modo os municípios da microrregião estão apresentando e se organizando para cumprir a meta. Procuramos compreender as causas históricas da permanência do analfabetismo no país, e os empecilhos que impedem sua erradicação, se apoiando em informações e estudos realizados sobre coerências e incoerências, pontos comuns e distintos das estratégias propostas pelos municípios dentro da Meta 09. Investigamos, a fim de compreender os dados apresentados pelos institutos de pesquisa do Brasil, como o IBGE, IPARDES e AMSOP sobre o analfabetismo na região sudoeste e sua permanência. Fomentamos fatores que determinam e verbalizam a realidade do tema a partir de uma abordagem reflexiva realizada nos Planos Municipais de Educação (PMEs) dos municípios mencionados. A partir disso identificou-se como resultados que todos os municípios possuem oficialmente seu PME e todos apresentam textualmente a meta 09, manifestando um reconhecimento da problemática. Porém somente sete, dos treze municípios oferecem programas de alfabetização de jovens e adultos. Identificamos ainda que Bom Jesus do Sul, Pinhal de São Bento, Pérola D'Oeste e Pranchita conseguiram no ano 2010 tornar-se livre do analfabetismo. Contudo, observamos todos esses municípios são caracterizados pela agricultura familiar, onde historicamente a educação, não é vista como um meio de aquisição cultural, social, financeira ou intelectual. Apontou-se por fim, que a educação formal, se constrói gradativamente em um sistema educacional organizado. Todavia, mesmo com todo o seu planejamento, o sistema ainda não encontrou uma

maneira metodológica de assegurar o acesso e permanência do estudante no processo de escolarização da educação básica ofertada gratuitamente.

**Palavras-chave:** Educação. Analfabetismo. Jovens e Adultos.

## **INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa refere-se ao estudo documental da Meta 09 (nove), que trata sobre o combate ao analfabetismo, do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), delimitando a análise desta meta nos Planos Municipais de Educação (PMEs 2015-2025), na microrregião da fronteira do sudoeste do Paraná, compreendendo treze municípios do Estado: Capanema, Planalto, Realeza, Pérola d' Oeste, Bela Vista da Caroba, Santa Izabel do Oeste, Pranchita, Ampere, Santo Antônio do Sudoeste, Pinhal de São Bento, Francisco Beltrão, Bom Jesus do Sul e Barracão.

Inicialmente, a presente pesquisa, foi idealizada para que fosse uma investigação de campo, pois tinha como objetivo entrevistar pessoas analfabetas e analisar quais os motivos que contribuíram para que não tivessem o devido acesso à educação, além de analisar quais os desafios e dificuldades que o analfabeto enfrentava na sociedade. Porém, com o prolongamento da pandemia do Covid-19 no Brasil, do período de 2020 a 2021, considerando que os entrevistados também seriam pessoas idosas, tivemos que nos reorganizar e pensar em uma maneira de dar continuidade na pesquisa, com estudo histórico e documental, sem que afetasse seu objetivo inicial. O estudo sobre analfabetismo nasceu da vontade de compreender mais profundamente porque ainda existem tantas pessoas não alfabetizadas em um país de tamanho progresso material, entre os que mais produzem riquezas no mundo, tendo em vista de que desde a proclamação da República muito se prometeu sobre a educação pública. Essa investigação sobre o analfabetismo entre jovens e adultos é relevante e atual, tendo em vista que apesar de todo o progresso científico e tecnológico da globalização, existem no mundo cerca de 750 milhões de jovens e adultos que não sabem ler e escrever (COSTA, 2019). É preciso considerar que o analfabetismo no Brasil vem desde o período colonial. Em que indígenas, negros, e brancos pobres serviam unicamente para trabalhar fisicamente, não tendo direito a educação, enquanto o trabalho intelectual era restrito a uma elite privilegiada.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, estabelecem o direito de educação

dos jovens e adultos ao Ensino Fundamental, obrigando sua oferta regular pelos poderes públicos e, mais tarde, a emenda Constitucional nº 59 de 2009 ampliou esse direito ao Ensino Médio. Todavia, mesmo com todos os seus programas governamentais voltados para a educação de jovens e adultos, o país ainda possui um número significativo de pessoas analfabetas em todas as regiões brasileiras.

Considerando que o Plano Nacional da Educação (PNE) projeta como meta a erradicação do analfabetismo até 2024, procuramos analisar nos discursos dos Planos Municipais de Educação (PME) que com base no PNE, propõem, “elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste Plano, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional” (BRASIL, 2014), bem como, examinar de que modo os municípios da microrregião estão trazendo e como estão se organizando estrategicamente para cumprir a meta. Compreender também as causas históricas da permanência do analfabetismo no país, e os empecilhos que impedem sua erradicação. Buscamos investigar, compreender e expor dados dos institutos de pesquisa do Brasil, como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) e AMSOP (Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná), bem como apresentar as condições que atestem de forma direta os motivos do analfabetismo na região sudoeste do Paraná.

No Brasil, segundo o IBGE, no ano de 2018 havia cerca de 11,3 milhões de pessoas com 15 ou mais anos são consideradas analfabetas. Isso era o equivalente a uma taxa de analfabetismo de 6,8% em nível nacional. Em relação ao ano de 2017, é possível identificar uma queda de 0.1 pontos percentuais, o que corresponde a uma redução de 121 mil analfabetos entre os dois anos anteriores. Nas últimas décadas, o país criou muitos programas para erradicar o analfabetismo, dentre eles: MOVA (1989) Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos; Alfabetização Solidária (1997); PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (1998); Brasil Alfabetizado (2003); Projovem Campo – Saberes da Terra (2005) e Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) criado em 2007, todos com o objetivo de alfabetizar jovens e adultos. Mas mesmo com a criação desses programas, não foi possível erradicar o analfabetismo no país. Com isso, pode-se dizer que o analfabetismo decorre de uma questão social e econômica. Pois, se considerarmos as observações de Galvão e Di Pierro (2017), uma pessoa

que possui uma renda mensal de um salário mínimo tem probabilidade seis vezes maior de ser analfabeta, do que um brasileiro que possui renda mensal acima de cinco salários mínimos. Ocorre que o analfabetismo é muito comum em famílias com menos recursos, que vivem em lugares que não tem acesso à educação, em que a leitura e a escrita não fazem parte do cotidiano. Inclusive aquelas crianças que são introduzidas no mercado de trabalho desde cedo, sendo impedidas do acesso à educação.

Quanto a nível nacional, a Meta 9 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, tem como o objetivo erradicar o analfabetismo absoluto do país e elevar a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais para 93,5% até o ano de 2015, além de erradicar o analfabetismo ao fim da regência do plano. De acordo com o IBGE (2018), de 2004 a 2013, essa perspectiva aumentou em até 91,5%, visto que nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste tiveram o maior êxito, ultrapassando inclusive o índice nacional, somando um índice de 95,4%. Já as regiões Norte e Nordeste foram as que apresentaram menor taxa, se concentrando em 90,5% e 83,1% nessa ordem. A taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade no Brasil caiu de 7,2% em 2016 para 7,0% em 2017, mas não alcançou o índice de 6,5% estipulado, ainda para 2015, pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

Esta pesquisa documental e qualitativa, estuda fatores que determinam e verbalizam a realidade do tema analfabetismo. Busca uma abordagem reflexiva a partir das análises discursivas a serem realizadas do Plano Nacional da Educação (PNE), bem como os Planos Municipais de Educação (PMEs) da fronteira do sudoeste paranaense, estritamente concentrado na meta 09, a fim de diagnosticar individualmente quais são os critérios dispostos nos planos para a erradicação do analfabetismo.

### **Fundamentação histórica a parte dos dados levantados**

Segundo Saviani (2011), o surgimento da escola no Brasil ocorreu alguns anos após a chegada dos portugueses, por volta de 1549, com fins e acessos bem restritos. Neste período, Tomé de Sousa, primeiro governador geral do Brasil, trouxe consigo os primeiros jesuítas, cuja missão era converter os indígenas para o cristianismo. Uma vez que a primeira fase da educação jesuítica no Brasil foi institucionalizada pelo padre Manuel de Nóbrega, cujos principais objetivos eram ensinar o português para

os indígenas, seguido de canto orfeônico, música, agricultura e gramática latina para aqueles que se propusessem a estudos superiores.

Porém, a execução desse método utilizado por Nóbrega sofreu questionamentos da própria Ordem Jesuítica. Levando assim, no ano de 1599 a instauração pela Companhia de Jesus, do plano educacional conhecido como *Ratio Studiorum*. Constituído de um conjunto de diretrizes didático-pedagógicas que abrangia principalmente a Gramática, Filosofia e Teologia. Possuía como fundamento as concepções europeias da época, conhecida como quinhentista (1500-1599), restabelecendo a influência europeia.

O plano contido no Ratio era de caráter universalista e elitista. Universalista porque se tratava de um plano adotado indistintamente por todos os jesuítas, qualquer que fosse o lugar onde estivessem. Elitista porque acabou destinando-se aos filhos dos colonos e excluindo os indígenas, com o que os colégios jesuítas se converteram no instrumento de formação da elite colonial (SAVIANI, 2011, p. 56).

Saviani (2011) relata que o Padre Nóbrega tinha como meta implantar uma rede de pequenas escolas em cidades litorâneas, com grandes fontes econômicas, como por exemplo o ouro, a prata, açúcar e cacau. E cidades que possuíam portos para venda e exportação desses produtos para a Europa, com principais requisitos para aumentar a comercialização e gerar lucros para a coroa Portuguesa. Outros importantes jesuítas educadores que marcaram a história do Brasil foram o Padre José de Anchieta e o Padre Antônio Vieira, que juntos construíram escolas, colégios e capelas. Tornando assim a Companhia de Jesus a principal ordem missionária e educadora do País no período de colonização portuguesa.

Em 1759 os jesuítas foram expulsos do Brasil pelo então nomeado Marquês de Pombal Sebastião José de Carvalho e Melo, com a justificativa de que eles estavam ficando independentes economicamente, indiferentes ao Estado e a Igreja Católica, colocando em risco os interesses de domínio da Coroa Portuguesa. Sabe-se que a ordem jesuítica não foi a única a atuar no país, estavam presentes também os beneditinos, carmelitas, mercedários, oratorianos, capuchinhos e franciscanos. E a partir disso, surge no Brasil as denominadas Reformas Pombalinas, que determinou o fechamento dos colégios Jesuítas e implantou as aulas régias que seriam oferecidas pela coroa. No que tange a educação de Pombal, é possível citar neste período de reforma como se classificavam os estudos no contexto pombalino, sendo distribuído

em três formas; a reforma dos estudos menores, que correspondia ao ensino primário e secundário, sendo o alvará firmado em 28 de junho de 1779, que trazia instruções referentes ao diretor de estudos e aos professores de gramática latina, grego e retórica. A reforma dos estudos maiores que se iniciou em agosto de 1772, cujo objetivo era o ensino de nível superior, tendo como elemento principal a reforma da Universidade de Coimbra. E a reforma das escolas de primeiras letras que viu na reforma da lei de 6 de novembro de 1772, a necessidade de complementar o processo de mudança da instrução pública nos estudos menores referentes às primeiras letras (SAVIANI, 2011).

No contexto das reformas Pombalinas, declarou o início da educação gratuita no Brasil, e não mais somente de cunho religioso, além das reformas alfandegárias e militares.

As dificuldades da reforma Pombalina na educação deixaram claras as exclusões dos menos favorecidos como escravos, pobres e mulheres. Estuda para os estudos menores bastaria saber ler, escrever e contar, enquanto aos os estudos maiores para filhos de classe dominantes, nobreza, aulas de grego, retórica e filosofia para seguir os estudos superiores (SILVA et.al, 2018, p.6).

Além dos jesuítas, podemos destacar também a iniciativa do Seminário de Olinda que desde a sua criação, em 16 de fevereiro de 1800, teve grande influência na formação intelectual na região norte do Brasil. Pois acolhia um vasto número de alunos, não sendo exclusivo somente para aqueles que se destinavam ao sacerdócio.

[...] No Brasil, como já foi mencionado, estava em circulação plena as ideias iluministas, dentre as quais, se destacava o combate ao absolutismo monárquico e o autoritarismo, além da luta contra ao cerceamento das liberdades individuais, e contra as manifestações de intolerância religiosa. Dentre os ideais iluministas, encontrava-se o entendimento de que, para o avanço histórico e econômico, fazia-se necessário a destruição do feudalismo, ou seja, do Antigo Regime com seus três pilares básicos: o povo, o clero e a nobreza (SANTOS, 2012, p.65).

A duração do Seminário deu-se por um pouco mais de quinze anos até que a escola desenvolvesse uma maior dedicação em apoiar a independência do Brasil e torná-lo uma República.

A transformação do Seminário de Olinda em estabelecimento pio, no ano de 1836, quando lhe foram outorgados novos estatutos por d. João Perdigão,

pôs fim à crise vivida pelo colégio desde 1817. Encerrava-se, dessa forma, a breve existência do mais significativo colégio-seminário brasileiro, nesse lapso representado pela passagem do século XVIII para o século XIX. Desaparecia o estabelecimento escolar que materializaram, no Brasil, um projeto articulado às mais avançadas aspirações do contido iluminismo luso-brasileiro. Enfrentava o seu ocaso a experiência escolar concebida e implantada por Azeredo Coutinho (ALVES, 2010, p. 64).

O período Império teve início com o processo de Independência do Brasil que ocorreu entre os anos de 1821-1825. Período no qual, fundou-se o Colégio Imperial Pedro II, mais em específico no ano de 1837, com a intenção de atender especialmente a aristocracia agrária do país. Criado a partir da transformação do Seminário de São Joaquim, deu-se a consolidação do Estado Nacional, que pretendia disseminar a educação por todo o território brasileiro. Sabendo que a abolição da escravidão foi somente no ano de 1888, fica claro que o modelo de educação oferecido não permitiria acesso de negros, índios, mulheres e brancos pobres, isto é, a maior parte da população não teria acesso ao modelo de educação do colégio. Mas mesmo com tantas privações, alguns destes ainda conseguiam burlar as regras, caracterizando uma resistência por parte desses grupos. Posteriormente, surgiu no Brasil, as escolas noturnas, no ano de 1870, com a ideia de modernizar e dar autonomia para o país, visando o mercado de trabalho vigente (agroexportador) e o industrial em desenvolvimento. Na qual, a educação de adultos não era posta como um direito, mas sim como um favor, ou até mesmo uma caridade daqueles que idealizaram o projeto dessas instituições.

A Proclamação da República pouco mudou essa realidade, dado que agora o motivo para o incentivo para a alfabetização era o voto. Ribeiro e Soares (2004) dissertam sobre o jogo de interesse que o Estado tinha em cima daqueles que não eram alfabetizados. O Estado exigia a obrigatoriedade do cidadão em saber ler e escrever para poder votar, mas não considerava o dever de oferecer condições para o exercício da cidadania política, do direito de voto.

No Brasil, o vínculo entre voto e educação, estabelecido desde a constituição da República, não significou a universalização da educação pública e gratuita. Significou a exclusão das maiorias sociais, porque não houve interesse político em universalizar a educação pública, gratuita e obrigatória. Se isso acontecesse, grande parte da população poderia votar e sua participação política não interessava às classes dominantes, que não sabiam dominar com a participação das maiorias sociais, o que poderia colocar em risco o seu poder. Assim, o fator preponderante para a exclusão das massas populares da política foi a incapacidade dos grupos dominantes de elaborar um projeto

de poder que as incluísse (RIBEIRO, SOARES, 2004, p 18).

Podemos dizer que desde a colonização do Brasil, a educação foi usada para suprir os interesses do Estado dominante. Não teve em nenhum momento, até aqui mencionado, em que ela fosse pensada e idealizada com a intenção de democratizar o acesso a todos aqueles que eram excluídos do acesso à educação. Se considerado todo o esforço do estado em defender o acesso à educação para exercer o direito ao voto após a Proclamação da República, os instrumentos constitucionais que pressionam o Estado oferecer ensino, foram mais efetivos a partir da Constituição de 1988.

O início do movimento em prol de uma educação, teve como propulsor a reforma de Sampaio Dória em 1920, a Semana de Arte Moderna em 1922, e a criação da Associação Brasileira de Educação em 1924. Nessa associação, por meio de conferências e debates, os educadores apresentavam críticas e alternativas para os problemas educacionais do país. Em 1931, a ABE promoveu um congresso com o objetivo de apresentar mudanças para a educação. E foi nesse congresso que surgiu a ideia de lançar um manifesto, expondo as novas premissas. A partir disso, no ano de 1932 surge o movimento público "O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova". Formado por educadores e intelectuais brasileiros que tornaram visível as deficiências internas do ensino brasileiro expondo a urgência de melhorias que a educação brasileira necessitava. Porém, cabe dizer aqui, que as propostas regidas pelo movimento liderado por Fernando Azevedo e Anísio Teixeira, não foram incorporadas.

Em nosso regime político, o Estado não poderá, de certo, impedir que, graças à organização de escolas privadas de tipos diferentes, as classes mais privilegiadas assegurem a seus filhos uma educação de classe determinada; mas está no dever indeclinável de não admitir, dentro do sistema escolar do Estado, quaisquer classes ou escolas, a que só tenha acesso uma minoria, por um privilégio exclusivamente econômico. Afastada a idéia do monopólio, da educação pelo Estado num país, em que o Estado, pela sua situação financeira não está ainda em condições de assumir a sua responsabilidade exclusiva, e em que, portanto, se torna necessário estimular, sob sua vigilância as instituições privadas idôneas, a "escola única" [...]. CASTIONE, ROCHA, 2013, p. 7).

Apenas em 1947 o Ministério da Educação promove uma campanha de educação de adultos, em conjunto com todos os estados e territórios nacionais e do Distrito Federal. O objetivo era a instalação e funcionamento de dez mil classes de

Ensino Supletivo<sup>4</sup>, para jovens e adultos em condição de analfabetismo. Buscava estimular os voluntários para ensino de um analfabeto ou pequeno grupo de analfabetos, seja por parte de associações ou para grupos mais numerosos, obstinados a informar ao poder público quanto à necessidade de instruir e educar as grandes massas de adolescentes e adultos analfabetos do País.

Apesar disso, em 1964, o grande educador Paulo Freire, começa a implantar no país um método revolucionário de alfabetização de adultos. A experiência inédita no Brasil, tinha como objetivo alfabetizar adultos em 40 dias, sem nenhuma cartilha, além de despertar a consciência política em cada um. O método utilizado pelo professor Freire, era dividido inicialmente em três etapas: investigação, tematização e problematização. Na etapa da investigação professor e aluno, buscam no meio vocabular do aluno e da sociedade, onde ele vive, as palavras e temas centrais do cotidiano. Na segunda etapa, encontra-se a tematização, eles codificam e decodificam esses temas, descontextualizando os seus significados. É nesse momento que os educadores associam palavras com ações cotidianas dos seus alunos. E por fim, temos a problematização, no qual aluno e professor, tendem a superar a primeira visão mágica por uma visão crítica do mundo, dando início a uma transformação de pensamentos e ações do contexto onde está inserido.

Freire considerava que era fundamental os alunos saberem refletir de forma crítica sobre as questões sociais e as relações de trabalho, utilizando da educação como um caminho para mudanças, pregando a liberdade. Porém, com a instalação da ditadura militar, o professor foi um dos primeiros exilados após o golpe militar de 1964, deixando para trás seu trabalho iniciado sem poder dar continuidade no Brasil

Para substituir a proposta de alfabetização freireana, o governo do General Costa e Silva criou, em 15 de dezembro de 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), método de alfabetização de adolescentes e adultos distintos de Paulo Freire. Sendo que este pregava ideais de obediência ao Estado e aos empregadores, tornando-se satisfatório apenas saber a ler, escrever, e fazer operações básicas, cujo processo de redemocratização do estado brasileiro fez com que o programa fosse extinto.

---

4 O **supletivo**, agora conhecido como Educação para de Jovens e Adultos (EJA), é uma das modalidades do sistema educacional brasileiro criado com o objetivo de facilitar o acesso das pessoas que, por diferentes motivos, não concluíram o ensino fundamental e médio na idade adequada.

Conforme nos apresenta Ferreira 2018, a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), embora presente desde o período de colonização portuguesa no Brasil, começa a ganhar mais notoriedade no âmbito das políticas públicas para educação. Hoje, a EJA é vista como uma ferramenta que possibilita a formação básica em menos tempo para que o indivíduo busque qualificação para o mercado de trabalho, mas a EJA não deveria ser vista desta forma, mas sim como um direito que todos devem ter à Educação Básica em qualquer fase da vida.

Segundo o IBGE (2017) podemos observar que o analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais de idade no Brasil caiu de 7,2% em 2016 para 7,0% em 2017, sendo um número razoável, porém não alcançando o índice de 6,5% estipulado ainda para 2015 pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Em nível estadual, segundo o Plano Estadual de Educação do Paraná (PARANÁ, 2011) o estado, está entre os que possuem a menor taxa de pessoas que não sabem ler e escrever. De acordo com dados colhidos no documento PEE-PR, o estado em 2013, segundo PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) contabilizava um total de 465 mil habitantes considerados analfabetos, que se comparado com o índice de 2009, quando o estado possuía 543 mil habitantes analfabetos teve uma baixa significativa, porém não satisfatória. Ainda segundo o PEE-PR a maior taxa de analfabetismo se concentra na população idosa acima de 60 anos. Sendo que a faixa etária de 15 a 29 anos é a que apresenta o menor número de analfabetos, o que pode ser considerado um avanço nos índices de alfabetização.

Contudo, também é possível dizer que entre as regiões brasileiras, o maior número de analfabetos corresponde a região nordeste com 14,5% dos habitantes e os menores índices ficam com as demais regiões, Sul, Sudeste e Centro Oeste com menos de 10%. Como podemos constatar no quadro abaixo:

Figura 1. Taxa de analfabetismo por regiões entre 15 e 60 anos no Brasil

Grandes Regiões	Taxa de analfabetismo (%)					
	15 anos ou mais de idade			60 anos ou mais de idade		
	2017	2018	Variação 2017/2018	2017	2018	Variação 2017/2018
Brasil	6,92	6,77	↓	19,21	18,59	↓
Norte	8,00	7,98	↓	27,39	27,02	↓
Nordeste	14,48	13,87	↓	38,65	36,87	↓
Sudeste	3,51	3,47	↓	10,57	10,33	↓
Sul	3,52	3,63	→	10,86	10,80	→
Centro-Oeste	5,23	5,40	→	18,96	18,27	↓

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018

Vejamos também que os números entre pessoas com 60 anos ou mais são maiores do que aqueles entre 15. Houve uma pequena porcentagem de diminuição nos anos de 2017 e 2018, porém mínima. É plausível dizer que na perspectiva de uma sociedade capitalista, o idoso seja aquele que represente o trabalhador aposentado que se tornou improdutivo e obsoleto, que agora, deve dar lugar às novas gerações de trabalhadores.

Como já mencionado, é no meio rural em que se encontra o maior número de analfabetos nas regiões brasileiras. Perez (2011) caracteriza o campo como um espaço de formação histórico-cultural, com sujeitos de peculiaridades singulares, que se compõe por camponeses, pequenos agricultores da agricultura familiar e extrativistas (assentados, sem-terra, ribeirinhos), trabalhadores do campo, pescadores, quilombolas e indígenas. “Assim, o desprezo pela vida rural e suas peculiaridades, verificado nas leis e políticas educacionais, é análogo à exclusão histórica vivida pelos povos do campo no Brasil ” (Perez, 2011, p. 642).

Levando em consideração o histórico do analfabetismo no Brasil, que somente ganhou atenção no decorrer do século XX, e podemos dizer que resulta de uma dívida social a ser resolvida no país. Processo histórico em que pessoas não receberam

nenhuma ou pouca orientação do poder público para aprender a ler e escrever, pois até o fim do século XIX a educação escolar era restrita a uma minoria, as elites proprietárias, homens livres das cidades maiores.

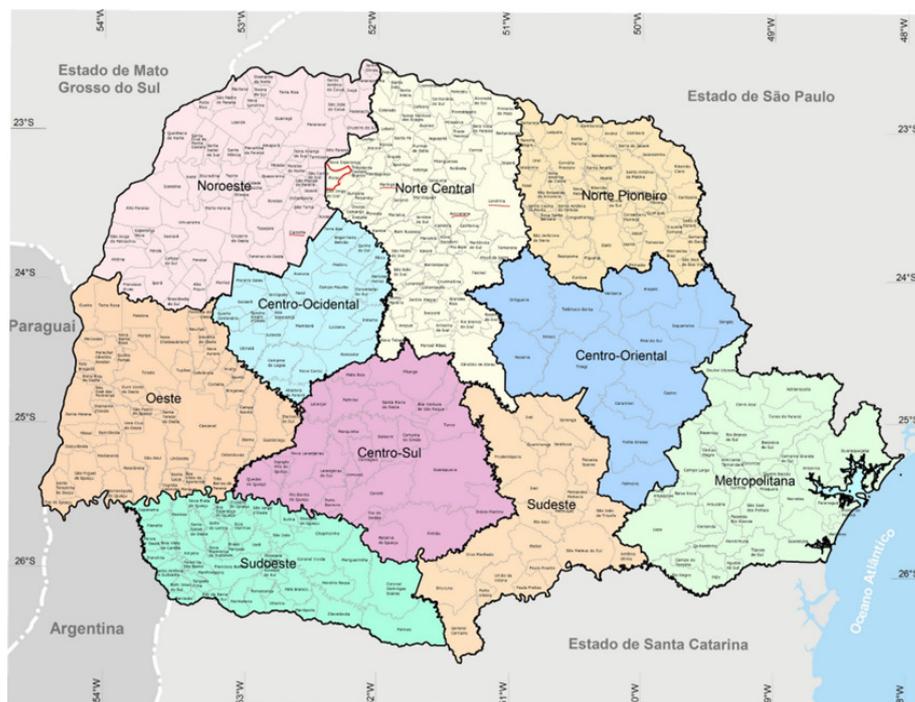
Ferrano (2009) relata que devido a esses fatos, o Brasil findou o século XX e iniciou o século XXI com um número considerado preocupante de pessoas não alfabetizadas. O autor apresenta que no ano de 2000 o Brasil tinha um número de 17.552.762 de pessoas com 10 anos ou mais que não sabiam ler e escrever. Todavia, se incluísse crianças de 8 e 9 anos que somavam mais 1.282.396, totalizando mais de 18,8 milhões de pessoas analfabetas. Outro fator que é importante levar em consideração é a localização por residência, no qual consta que as áreas rurais apresentavam os menores percentuais de pessoas alfabetizadas, em um total de 79,2% em contradição a 93,6% de pessoas residentes em área urbana. Isso implica que será necessários maiores ações de alfabetização para a população rural para que a meta prevista seja de fato atingida.

### **A meta 9 nos Planos Municipais de Educação dos Municípios da Microrregião de Fronteira**

A estrutura de planejamento decenal da educação brasileira é composta pelo Plano Nacional de Educação (PNE), correspondente ao período de 2014-2024, que estabelece vinte metas, visando à garantia do direito à educação de qualidade, de todos os níveis e modalidades, a todos os cidadãos brasileiros. Com base nestas metas, cada estado da federação brasileira, também deve apresentar seu plano decenal, ajustado para a sua realidade, denominado de PEE - Plano Estadual de Educação e os PME. Por sua vez, cada município também deve apresentar um plano decenal referente às vinte metas, atualmente do período de 2015 a 2025, de acordo com as necessidades e condições do seu âmbito, denominados de PMEs - Plano Municipais de Educação

O objeto desta pesquisa tem um recorte geográfico que abrange análise do PMEs dos treze municípios da microrregião do sudoeste do Paraná. No mapa que segue abaixo referente ao Sudoeste paranaense, o âmbito pesquisado pode ser visualizado a seguir:

Figura 2. Mapa do Estado do Paraná



Fonte:IPARDES

Das vinte metas referentes aos treze planos municipais, como delimitação de análise, pesquisaremos a meta 09 que trata especificamente sobre a problemática do analfabetismo.

No Plano Nacional de Educação a meta 09 consiste em elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional (Brasil, 2014, pg 161).

Conforme Roseli Alves Santos (2011) nos apresenta, a região Sudoeste do Estado do Paraná, é resultante de muitos conflitos travados na década de 1950 entre pequenos grupos de produtores rurais, comerciantes e políticos locais contra empresas de colonização e seus representantes políticos. “A luta pela posse da terra, no Sudoeste, tem dois marcos fundamentais: a Revolta de 1957 e os conflitos da década de 1980” (BATTISTI, 2006, p.66). O que se alinhava no Sudoeste era a luta constante entre dois grupos extremos no processo de ocupação da área territorial do País. (...) de um lado, o monopólio fundiário, de outro, a divisão da terra em pequenas propriedades (BATTISTI, 2006, p.66).

Segundo Santos (2011) o sudoeste do Paraná é fundamentalmente formado por pequenas propriedades rurais gerenciadas por trabalho familiar, o que traz destaque sobre a principal atividade de trabalho que o estado exerce. Dando ênfase à agricultura familiar.

Assim, não por acaso, a mesorregião sudoeste paranaense apresenta a maior participação percentual no número de estabelecimentos, área e mão de obra empregada quando comparada ao Estado do Paraná e Brasil. Tal constatação, aliada às informações sobre aquisição de terras e o tempo em que o produtor está à frente da propriedade, permite inferir que os agricultores familiares da mesorregião Sudoeste apresentam maior resistência em permanecer no campo (VEDANA, MORAES, 2018, pg 21).

Com isso, é possível discorrer sobre como os municípios da região sudoeste do Paraná abordam a questão da realização da meta, com suas estratégias individuais. Sabendo que segundo o Ministério da Educação e a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE 2014) os Planos Municipais de Educação são de responsabilidade de todos que moram no município, no qual as necessidades educacionais de cada cidadão devem constar e ser ouvidas para que o plano seja capaz de suprir as necessidades educacionais de sua população. Devendo entender que a elaboração deste, engloba as esferas municipais, estaduais e também federal.

É coerente dizer que as estratégias abordadas condizem com a realidade de cada município da região. Porém, segundo a Secretaria de Educação do Estado apenas sete municípios oferecem o ensino para jovens e adultos até o momento, sendo eles: Ampére, Barracão, Francisco Beltrão, Nova Esperança do Sudoeste, Realeza, Capanema e Santo Antônio do Sudoeste. Mas, como veremos a seguir, todos os treze municípios mencionados anteriormente possuem um plano de educação, com uma meta em específico para a erradicação do analfabetismo.

Vejamos as estratégias abordadas para praticar a meta 09 do Plano Nacional, garantindo o direito à educação que os jovens e adultos possuem. Usando de seus recursos municipais, cada um dos 13 municípios mencionados possui dentro do seu PME abordagens espelhadas no PNE para erradicar o analfabetismo.

### **Do diagnóstico de analfabetismo nos municípios**

Os municípios de Ampére (Item 9.4 e 9.5) , Barracão (Item 9.2), Bela Vista da Caroba (Item 3), Bom Jesus do Sul (Item 9.2), Capanema (Item 9.2), Francisco Beltrão (Item 9.6), Pérola d' Oeste (Item 9.2 e 9.3 da meta 09), Pranchita (Item 9.2 da meta

09), Santo Antônio do Sudoeste (Item 10.2 da meta 09), Santa Izabel do Oeste e Pinhal de São Bento (Item 1-9.3 da meta 09) dispõe dentro de seus planos a importância de diagnosticar periodicamente dados sobre a população analfabeta dos municípios, para levantar dados referentes a quantidade de pessoas que não concluíram o ensino fundamental e médio. Propõe também avaliações de exames específicos que permitam identificar o grau de alfabetização de jovens e adultos.” Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com Ensino Fundamental e Médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na Educação de Jovens e Adultos” (Barracão, 2014, p 91). Outros propõem também parcerias com órgãos públicos e privados, ONGs, entidades e toda a sociedade civil organizada, ações para identificar as pessoas não alfabetizadas e com baixa escolaridade, utilizando como referência os setores censitários definidos pelo IBGE.

Nota-se que o único município que não dispõe dessa estratégia é o município de Realeza, deixando lacunas no que tange o conhecimento e dados referentes aos analfabetos da cidade. Contudo, vale ressaltar que, este item é de extrema importância, visto que é a partir disso que os municípios poderão se organizar estrategicamente para atender as necessidades e preencher as lacunas que existem referente ao analfabetismo dentro do município.

### **Da garantia de oferta de ensino gratuito para jovens e adultos até o fim do PME**

Quanto a questão da oferta de educação gratuita para jovens e adultos dos municípios, prevê “ assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria ” (Pérola D’Oeste, 2015, p 62). Com base nisso observamos que os municípios de Barracão ( 9.1 da meta 09), Francisco Beltrão (Item 9.2 da meta 09), Pérola D’Oeste (9.1), Pranchita (Item 9.1 da meta 09) , Bom Jesus do Sul (Item 9.1 da meta 09), Pinhal de São Bento (Item 4 da meta 09) e Realeza (Item 1.2.2 a da meta 09), Ampére (Item 9.2) , Santa Izabel do Oeste (Item 9.1 da meta 09) e Santo Antônio do Sudoeste (10.1 da meta 09) garantem esse oferta de educação básica na idade própria em seus planos.

Porém, os municípios de Capanema e Planalto não apresentam a garantia de gratuidade de ensino para aqueles que não tiveram acesso à educação na idade

correspondente. Dando a entender que o ingresso e a continuidade ao ensino fica unicamente sob responsabilidade dos alunos. Ou seja, caso o aluno não tenha condições de permanecer dentro da sala de aula, seja por questões sociais ou econômicas, o município não oferece nenhum suporte ou solução para evitar a evasão escolar.

Nesta condição sobre os programas de alfabetização sabemos que os municípios de Bela Vista da Caroba, Santa Izabel do Oeste, e Pinhal de São Bento têm como propósito alfabetizar em até 90% dos jovens e adultos de seus municípios em até 5 anos e ao final da década eliminar todo o analfabetismo de suas cidades. Barracão pressupõe alfabetizar 60% da população analfabeta, mas com um prazo um pouco maior, em até 10 anos. A cidade de Planalto coloca que tem como objetivo alfabetizar 50% da população analfabeta de jovens e adultos, porém com um intervalo de acompanhamento bianual. E Realeza no item menciona que pretende elevar a taxa de alfabetização do município em até 9,3% até 2015, e até o final do PME erradicar o analfabetismo absoluto e diminuir a taxa de analfabetismo funcional em até 50%, no Item C. destaca que pretende elevar a escolaridade de um grupo específico de pessoas que tenham entre 18 e 29 anos, além de dar ênfase a necessidade de igualar a média entre os mais pobres e aos negros e não negros.

### **Do oferecimento de transporte, alimentação e qualidade em saúde**

Os municípios de Ampére (Item 9.9), Bela Vista da Caroba (Item 10 e 14), Capanema (Item 9.3) , Pérola d' Oeste (Item 9.4 e 9.3-14.3.2), Pranchita (Item 9.3), Francisco Beltrão (Item 97), Planalto (Item 3), Santo Antônio do Sudoeste (Item 10.7) Pinhal de São Bento, Bom Jesus do Sul (Item 9.7) (Item 9.2 10.) e Realeza (Item 1.2.2 e.), manifestam em seus planos a importância do bem-estar do aluno EJA quando dentro de uma instituição, disponibilizando de materiais didático-pedagógicos adequados e gratuitos aos alunos, bem como atendimento ao estudante que necessitar de apoio oftalmológico, além do fornecimento gratuito de óculos, caso venha a precisar, acompanhamento psicológico, fisioterapêutico e auditivo.

Executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde (SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, 2015, p. 109).

Observa-se também nas disposições dos planos desses municípios o oferecimento de transporte para aqueles que virem a necessitar, igualmente a oferta de alimentação para os estudantes que venham a carecer, isso, levando em consideração o turno em que será ofertada o ensino. É importante dizer que toda essa assistência que os municípios se propõem a disponibilizar, são movidos a articulação com as Secretarias de Saúde e Ação social de cada cidade, para tornar possível que esses atos sejam levados a cabo, pois a escola desacompanhada não consegue garantir essas benfeitorias.

Os municípios como Barracão, Bela Vista da Caroba e Santa Izabel do Oeste, não mencionam em seus planos esse apoio ao aluno EJA, o que nos leva a pensar que essa modalidade de ensino não seja vista como uma prioridade para a administração municipal. Pois a falta de incentivo e assistência a esses alunos contribui para a evasão dos mesmos.

### **Da oferta de acesso à informática**

Neste caso, podemos ver que somente três dos treze municípios propõem aulas de informática para alunos da EJA, disponibilizam "(...) a partir da vigência deste Plano, aos alunos da EJA, acesso aos laboratórios de informática, oportunizando o preparo básico das exigências do mercado de trabalho" (AMPÉRE, 2015, p 32) sendo eles Ampére (Item 9.8), Bela Vista da Caroba (Item 9) e Francisco Beltrão (Item 9.9). Visto a importância que o acesso à informática possui dentro da educação, permite a universalização ao acesso das atividades, bem como aulas mais dinâmicas e atraentes. Além de estimular produção de saberes, tanto no convívio escolar quanto no que diz respeito ao pessoal e a emancipação tecnológica. Pode-se dizer que essa falta de relevância apresentado pelos outros municípios em relação ao acesso da informática, pode gerar lacunas no processo de ensino desses alunos, que além de estarem em um processo distinto de aprendizagem não terão acesso ao material tecnológico que as escolas possuem, visto que os alunos do ensino regular têm acesso, então, porque o EJA não deve ter também? É um processo de ensino e deve ser nivelado ao máximo em relação a formação que o aluno levará consigo ao longo de sua caminhada educacional no programa

Em específico, temos o município de Ampére, que além de propor o acesso às novas tecnologias educação para jovens e adultos, ele também apresenta em seu plano, políticas de promoção de atividades recreativas, culturais e esportivas, também implantação de programas de valorização e compartilhamento de experiências e conhecimento dos idosos, garantindo que seja incluso temas sobre envelhecimento e a questão da velhice dentro das escolas. O que acredito ser de suma importância, pois a EJA justamente propicia esse encontro de idades em sala de aula e o município se propor a trabalhar essas questões, deixa registrado o comprometimento com o ensino de jovens, adultos e idosos.

### **Ao oferecimento de formação continuada para educadores EJA e a aquisição de material pedagógico e propostas pedagógicas de acordo com as especificidades da modalidade**

Em relação a capacitação continuada oferecida aos professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos, temos cinco municípios que em seus planos garantem esses cursos, asseguram "(...) a oferta de formação continuada aos professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos" (Pérola D'Oeste, 2015, p 62), sendo eles Bela Vista da Caroba (Item 8), Francisco Beltrão (Item 9.13), Realeza (Item 1.2.2 d.), Pérola d' Oeste (Item 9.4) e Pinhal de São Bento (Item 9.2, 8). Visto que a importância da formação continuada, deve ser considerada como aliada dos educadores, pois contribui para um melhor desempenho em sala de aula, criando novos ambientes de aprendizado e propicia novas práticas pedagógicas. A isenção deste objetivo nos outros municípios mostra que é necessário ser discutida mais atentamente as necessidades que o ensino na EJA exige, para que seja aplicado um ensino com qualidade possibilitando um conhecimento mais profundo e capacitado.

Temos também, menção por parte de alguns municípios, sobre a aquisição de materiais pedagógicos específicos e elaboração de propostas pedagógicas para serem incluídas nas especificidades da EJA. Sendo eles os municípios de Planalto (Item 5), Bela Vista da Caroba (Item 7), Realeza (Item 12.2 c), Pinhal de São Bento (Item 9.2) e Pranchita (Item 9.4) que apresentam a seguridade de " Apoiar, técnico e financeiramente projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem o desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses alunos (as) da Rede Municipal de Educação" (Pranchita, 2015, p 21), mas não especifica

sobre o quesito materiais pedagógicos e propostas, somente sobre um apoio técnico e financeiro para o bom desenvolvimento da modalidade, igualmente ao município de Santo Antônio do Sudoeste (Item 10.9) que dispõe do mesmo objetivo.

### **Da disponibilização de escolas municipais para oferecimento do ensino EJA e a garantia de continuidade**

Quanto a essa questão de disponibilização de escolas municipais para oferecimento do ensino EJA no período noturno, é importante destacar que somente quatro municípios dos treze que estão em discussão, trazem esse ponto como um objetivo a ser cumprido. Todavia devemos destacar que esse oferecimento abrange somente ao ensino da fase II (corresponde do 6º ao 9º ano do Ensino Regular- séries finais do Ensino Fundamental) e III (Ensino médio). Os municípios que em seus planos incluem como objetivo disponibilizar as escolas são; Barracão (Item 9.8), Pérola D'Oeste (Item 9.3), Pinhal de São Bento (Item 9.3, 3) e Santa Izabel do Oeste. O restante dos municípios não faz nenhuma menção quanto a isso. " Permitir, mediante convênio firmado entre o Município e o Estado, o uso de escolas municipais no turno noturno para o oferecimento da Educação de Jovens e Adultos, Fase II e Ensino Médio". (Barracão, 2014, pg 92).

É importante destacar que essa oferta de escolas para que o EJA seja aplicado durante o período noturno é de extrema importância, visto que quase todos aqueles que necessitam da EJA são adultos que trabalham durante o dia e somente tem o período noturno para estudar. Além de que não se vê, escolas destinadas propriamente para essa prática de ensino.

Trazemos também a questão do município de Planalto (Item 6) que prevê " estabelecer programa municipal para assegurar que as escolas públicas de ensino fundamental, localizadas em áreas caracterizadas por existência de pessoas em situação de analfabetismo e baixa escolaridade, ofereçam curso de EJA Fase I" (Planalto, p 16)". O município menciona a importância de assegurar escolas públicas para o ensino da EJA, porém não especifica em qual turno elas estariam disponíveis, e que oferecimento seria apenas para alunos da fase I (Corresponde do 1º ao 5º ano do Ensino Regular séries iniciais do Ensino Fundamental).

No que se refere a necessidade da continuidade do ensino os municípios de Ampére (Itens 9.1, 9.2 e 9.3), Barracão (Item 9.3), Bela Vista da Caroba (Item 5),

Francisco Beltrão (Item 9.4 e 9.5), Pérola D'Oeste (Item 13.4.3, 9.2), Santo Antônio do Sudoeste (Item 10.3) e Pinhal de São Bento (Item 5 da meta 09) se atentam a este ponto, e colocam dentro da meta nove a garantia de ensino para aqueles que frequentam a EJA.

No que diz respeito à aprovação do Plano de educação municipal, todos estes municípios discorrem sobre a meta 09 e a importância da implementação de mecanismos para superar o analfabetismo e garantir uma educação de qualidade. Os municípios também discorrem sobre possíveis parcerias com a Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e empresas comerciais e industriais locais, em regime de colaboração com a União e o Estados a criação de estímulos para assegurar a conclusão da escolarização básica. Realeza e Santa Izabel do Oeste possuem uma maneira diferenciada dos demais municípios sobre a organização das estratégias de realização da meta 09. Santa Izabel do Oeste usa das mesmas estratégias para realizar as metas 08, 09 e 10 no que tange à educação de jovens e adultos. Já o município de Realeza, não classifica as metas, somente os objetivos dentro do Plano. Mas mesmo dessa maneira, é possível observar que a educação de jovens e adultos possuem um lugar dentro desses planos e a elaboração das estratégias existem.

### **Do oferecimento de compatibilização da jornada de trabalho com o ensino EJA**

Neste ponto, temos um tópico muito interessante que somente foi observado em três municípios, Ampére (Item 9.6), Francisco Beltrão (Item 9.12) e Santo Antônio do Sudoeste (Item 10.10) que se refere em procurar parcerias com empregadores, públicos ou privados e o sistema de ensino com a intenção de estabelecer uma compatibilização com a jornada de trabalho dos frequentadores EJA capaz de conciliar o emprego com o ensino. De acordo com o Plano de Santo Antônio do Sudoeste (2015, p.109)

Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos. (Santo Antônio do Sudoeste, 2015, p 109)

Vejamos que é uma estratégia muito bem pensada, pois possibilitaria que o aluno/trabalhador conseguisse frequentar o ensino de forma mais tranquila, sem ter o sobre carga de atividades. Pois, sabemos que a grande maioria, seja de jovens ou adultos, a falta de condição financeira, acaba por fazer que o indivíduo escolha entre um ou outro, trabalho ou estudar.

### **Da oportunidade de acesso às pessoas com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento e egressos do sistema penal ao ensino EJA**

Esse tópico que nos chamou muito atenção e está presente apenas nos municípios de Francisco Beltrão (Item 9.11) e Santo Antônio do Sudoeste (Item 9). Que propõe desenvolver ações em parcerias com órgãos públicos, de segurança, direitos humanos e assistência social, fim de desenvolver atividades voltadas para a continuidade do atendimento escolar, mas com uma proposta voltada para acolher aqueles que possuem alguma deficiência e transtornos globais de desenvolvimento. E também para aqueles que são egressos do sistema penal, buscando dar apoio e suporte de forma integral para que tenham acesso à educação quando não tiveram na faixa etária obrigatória.

Além disso, somente dois municípios chamam a atenção para essa condição de pessoas, com deficiência e os privados de liberdade. Interessante pensar qual foi a intenção desses municípios em colocar essa questão em pauta, pois é uma maneira de realmente incluir a todos aqueles que não tiveram oportunidade de educação. Pois além dos jovens, adultos e idosos esses indivíduos também de alguma forma foram privados do acesso. Aqui cabe pensar, que é uma maneira de oportunizar novos caminhos para esses e proporcionar novas oportunidades.

Promover a articulação intersetorial entre os órgãos e políticas de saúde, segurança, assistência social e direitos humanos, em parcerias com as famílias, a fim de desenvolver ações voltadas a continuidade do atendimento escolar com proposta específica, para acolhida das pessoas com deficiência e Transtornos Globais de Desenvolvimento e egressos do sistema penal com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, e forma a assegurar a atenção integral (Francisco Beltrão,2015, p 23).

### **Oferecimento de inclusão social dos alunos EJA nas comunidades e a disponibilidade de cursos profissionalizantes**

Outro ponto interessante é que somente foram observados em dois, dos treze municípios, é sobre as parcerias que as cidades pretendem formar com os demais órgãos públicos, bem como as associações comunitárias a participação dos alunos EJA em projetos oferecidos pelas comunidades, com o objetivo de ter uma maior integração social, e também uma ampliação de seus horizontes culturais. Bela Vista da Caroba (Item 13) e Realeza (Item f), deixam claro esse desejo de buscar alternativas para de alguma forma fazer com que esses alunos sejam mais participativos nas comunidades, e asseguram a implementação de “ políticas que visam a participação dos alunos da Educação de Jovens e Adultos em eventos educacionais, culturais e esportivos realizados no município, de modo a propiciar-lhes a integração social” (Realeza, 2015, p 14).

Ou questão que chama a sobre o oferecimento de cursos profissionalizante, é que apenas os municípios de Santa Izabel do Oeste, Capanema (Item 9.4) Planalto (Item 04) mencionam este quesito em seus planos. É interessante pensarmos que estes mesmos municípios não estão inclusos no tópico mencionado da garantia de continuidade de ensino, e tão pouco mencionam as fases II e III do processo de ensino EJA. Ou seja, é proposto disponibilidade de cursos profissionalizantes, mas não garantem a continuidade de ensino dos mesmos, é uma questão que precisa ser discutida, pois deve haver conversação entre as ambas propostas, para que elas consigam ser postas em prática.

### **Análise crítica sobre a oferta de ensino aos jovens e adultos como meta estipulada pelos municípios**

É possível verificar, como primeira constatação, que todos os municípios possuem oficialmente seu Plano Municipal de Educação e todos apresentam textualmente a meta 09 em relação ao combate e a diminuição do analfabetismo, manifestando um reconhecimento da problemática. Entretanto, nota-se que a redação textual da maior parte dos planos municipais está um tanto semelhante ao que se propõe o plano nacional, deixando entender que seus objetivos e estratégias poderiam expressar mais especificamente as necessidades contextuais dos seus cidadãos. As instituições municipais poderiam explorar mais sua autonomia de elaboração de estratégias de combate ao analfabetismo. Se comparado com o PNE e sua meta 09, a maior parte dos municípios se dispuseram a fazer, foi se basear, unicamente nas

estratégias apresentadas pelo Plano Nacional, usando até mesmas palavras. Constatando-se que as metas não foram planejadas de acordo com a realidade do município.

A grande parte desses municípios destaca-se economicamente nas áreas da agricultura familiar e da agropecuária. Ramos dos quais, muitas das pessoas possuem baixa escolaridade. Visto que muitos desses municípios, não veem a educação como um meio de aquisição cultural, social, financeira ou intelectual, mas sim, como uma forma de concorrer a uma vaga de emprego ou para realizar atividades cotidianas. Além disso, quando se trata de sujeitos trabalhadores, o cansaço físico por conta do trabalho pesado realizado no dia a dia, o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos, entre outros, acabam sendo impedimentos que contribuem para que não procurem o programa e/ou não prossigam com seus estudos. Não se pode descartar as condições de deslocamento desses sujeitos, principalmente, aqueles que moram no campo e em regiões mais afastadas. Cabe ainda mencionar a questão da evasão escolar dos mais jovens, que se dá por vários motivos, dentre eles, Ostrovski e Correia destacam;

(...) problemas sociais e econômicos, incapacidade de adaptação à realidade escolar, desencontro entre os objetivos do aluno e os da escola do aprendizado, falta de interesse, de condições financeiras e até de tempo para estudar. Além dessas, outras situações complexas relacionadas à volta para a escola do estudante trabalhador, também, favorecem o abandono escolar. (OSTROVSKI, CORREIA, 2018, p 25)

A educação formal, se constrói gradativamente em um sistema educacional organizado. Porém, mesmo com todo o seu planejamento, o sistema ainda não encontrou uma maneira metodológica de assegurar o acesso e permanência do estudante no processo de escolarização da educação básica ofertada gratuitamente.

Como sabemos, sete municípios, dentre os treze já citados, oferecem dentro de seus planos, um programa de alfabetização de jovens e adultos até o momento, Ampére, Barracão, Francisco Beltrão, Nova Esperança do Sudoeste, Realeza, Capanema e Santo Antônio do Sudoeste. Porém, todos aqueles já mencionados oferecem dentro de seus planos de educação, uma meta voltada para a erradicação do analfabetismo. Portanto, se existe uma meta, existe um objetivo e o que podemos constatar até o momento é que os municípios que não estão ofertando essa oportunidade de ensino para aqueles que não sabem ler ou escrever, não é por falta de demanda, mas sim por falta de organização de uma política pública que traga para

seu município a oferta ao ensino que é obrigatório por lei e que está dentro do plano de educação do município.

Santa Izabel do Oeste, apresenta um ponto interessante, de que não isola a realização da meta 09, não coloca em específico estratégias voltadas exclusivamente para a realização da meta, o município utiliza de estratégias que envolvem ainda mais duas metas, a 08 e a 10. O município de Realeza, também organiza a meta nove dentro do seu plano de uma forma distinta. O plano não enumera suas metas, ele classifica a modalidade de ensino dentro do plano e discorre sobre a meta que o PNE classifica e seus objetivos e, após essa exposição, o município apresenta suas estratégias para a realização do tópico de educação mencionado.

É importante mencionar que dentre os treze municípios mencionados, Bom Jesus do Sul, conseguiu ainda no ano de 2010 ser considerado livre do analfabetismo. Para ser certificado, o município deveria baixar o índice de analfabetismo para menos de 4%, porém a redução foi ainda maior. Segundo o IBGE (2010), no ano de 2010 o município tinha uma população de 3.796 pessoas, e foi possível reduzir o índice de analfabetos em 0,43%. Segundo entrevista ao Jornal de Beltrão (2010) o prefeito salientou que para alcançar este índice a administração priorizou a qualidade da educação, além de muito planejamento, empenho, dedicação, um grande envolvimento das secretarias municipais. Contando com participação de todos os setores da administração, acompanhado do legislativo municipal, o Governo do Estado, por meio do Núcleo Regional de Educação e com as escolas estaduais do município.

A superação do analfabetismo é fruto de um trabalho coletivo desenvolvido pelos órgãos públicos, organizações da sociedade civil, universidades estaduais, instituições, empresas e igrejas, e através de ações como o programa Paraná Alfabetizado, desenvolvido pela Secretaria da Educação (...) (BEM PARANÁ, 2010).

Em seguida, temos os Municípios de Pinhal de São Bento, Pérola D'Oeste e Pranchita que também foram declarados territórios livres do analfabetismo, com índice de 1,54% e 2,42% e 3,53% respectivamente. Ambos os municípios, como Bom Jesus do Sul, são caracterizados como fonte de rendas derivadas da agricultura.

Em vista disso, é considerável mencionar que a falta de políticas públicas para a oferta de educação, não afeta a todos da mesma maneira: ela atinge principalmente, as crianças oriundas de famílias mais pobres, crianças estas que em um futuro virão

a se tornar adultos analfabetos. Visto que, nossas escolas não estão preparadas para compensar essas diferenças.

## **CONCLUSÃO**

Desde o início da colonização do Brasil, a educação pública tem sido deixada ao acaso. Com a independência do Brasil, a falta de políticas públicas referentes à educação do povo persistiu. A Constituição de 1824, determinou a obrigatoriedade de instrução primária a todos os cidadãos, exceto aos escravizados. Visto que, a constituição promulgada possuía um caráter liberal, a família em si, acabou por ser mais responsabilizada do que o próprio estado pela Educação, mesmo com o contexto histórico marcado pela escravidão, que excluiu milhares de pessoas, que nem eram consideradas cidadãs.

Os primeiros anos do século XX, eram marcados por trabalhadores e também por alguns educadores que tomavam frente na luta pela democratização do ensino público. As mudanças políticas e econômicas entre 1930 e 1934 começaram a refletir no campo da educação, pois pela primeira vez em nossa história, vinculou-se recursos para a educação com a criação do Ministério da Educação. Entretanto em 1967, no apogeu da ditadura militar, houve a revogação desses recursos de financiamento da educação pública, além da diminuição dos programas de educação popular que estavam surgindo no país. Perseguido, torturando e exilando aqueles que buscavam pelo direito de uma educação pública de qualidade.

No Brasil a educação é gratuita e obrigatória para todos, mas o acesso à escolarização não foi universal, visto que uma parcela da população não chega à escola formal ou frequenta espaços abandonados pelo poder público. Com isso, o processo de escolarização intensifica as desigualdades na sociedade rural. “ A escolarização conta a história da tentativa de impor um determinado conhecimento sobre um tipo de sociedade possível, onde a construção de uma verdade, racional, científica e ocidental é difundida ” (GERHARDT, LUTHER, 2018, p.308).

Com base nisso, esta pesquisa teve como principal objetivo, analisar os Planos Municipais de Educação dando prioridade à análise da meta 09 de cada plano. Foi realizado um levantamento de aspectos sobre a história do analfabetismo no Brasil. Além de problematizar questões da falta de políticas públicas para alfabetização de jovens e adultos. Bem como, identificar se algum dos municípios investigados já

atingiu a meta de erradicar o analfabetismo entre jovens e adultos. Por fim, foram analisadas as coerências e disparidades entre o que se propõe na meta 9 e as estatísticas e projeções sobre o analfabetismo da região, comparando as semelhanças e diferenças na estrutura textual dos PMEs e do PNE.

Ao longo desta pesquisa vimos que a educação de jovens e adultos possui um caminho que expressa as contradições da sociedade brasileira. Ao longo de toda a história da educação do país no decorrer do século XX, os governantes fizeram muitos discursos sobre a necessidade de erradicar o analfabetismo. Porém suas ações demonstram a instabilidade dos projetos propostos e a fragilidade do repasse de verbas para a educação. Foi possível afirmar que o maior número de analfabetos está no meio rural, porém as atitudes daqueles que estão à frente no tocante à educação, marcam o fechamento de escolas por meio do processo de nuclearização das mesmas.

Por fim, cabe dizer que para superar o analfabetismo no país, é preciso que haja implantação não só de programas que oferecem educação para aqueles que não tiveram acesso, mas que se tenha também ações que incentivem a permanência dos mesmos em sala de aula. Além disso, é primordial proporcionar aos estudantes tanto a leitura das letras quanto uma formação humana, ou seja, a partir de um olhar de Freire (1989), promover a leitura do mundo e um olhar crítico à sociedade é essencial.

## Referências

ALVES, Gilberto Luiz. **Azeredo Coutinho**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em:< [www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4692.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4692.pdf) > Acesso Julho de 2022.

BEM PARANÁ. **Pérola D'Oeste é declarado Território Livre de Analfabetismo**. 2010. Disponível em:<<https://www.bemparana.com.br/noticia/perola-doeste-e-declarado-territorio-livre-de-analfabetismo-147335#.Yt3JOLbMLIV>>. Acesso em Julho de 2022

BEM PARANÁ. **Pinhal de São Bento é declarado Território Livre de Analfabetismo**. 2010. Disponível em:<<https://www.bemparana.com.br/noticia/pinhal-de-sao-bento-e-declarado-territorio-livre-de-analfabetismo-147729#.Yt2VaLbMLIU>>. Acesso em Agosto de 2022.

BOM JESUS DO SUL, Paraná. Câmara Municipal de Vereadores. 2015

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** Contínua. 2018. Disponível em:<[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf)>. Acesso em Junho de 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados**. Disponível em:<<https://ibge.gov.br/cidades-e-estados>>. Acesso em Junho de 2022.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Acesso em Junho de 2022.

CAPANEMA, Paraná. Câmara Municipal de Vereadores. 2015

CASTIONI, Remi; ROCHA, João Augusto de Lima. Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo: muito antes de Monteiro Lobato. **História e atualidade do manifesto dos pioneiros da educação nova**. In: COLÓQUIO DE PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES, 9., 2013, São Paulo. São Paulo: UNINOVE, 2013. Disponível em:<[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/41094/1/EVENTO\\_AnisioTeixeiraFernando.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/41094/1/EVENTO_AnisioTeixeiraFernando.pdf)>. Acesso em Junho de 2022.

CORREIA, Mailza da Silva. **A educação popular no Brasil império: as primeiras iniciativas de escolas noturnas em alagoas (1870-1889)**. 2011. Maceió. AL. Disponível em:<<https://cedu.ufal.br/grupopesquisa/gepheel/wp-content/uploads/2018/05/aeducacaopopularnobrasilimperio.pdf>> Acesso em Junho de 2022.

FERRARO, Alceu Ravello. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 11-2007

FÉRRERO ,Francisco Adegildo. Instituto Ceará. **O Seminário de Olinda segundo a historiografia**. 2008. Disponível em:<[https://www.institutodoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAno/2008/09-Art\\_OseminariodeOlinda.pdf](https://www.institutodoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAno/2008/09-Art_OseminariodeOlinda.pdf)>. Acesso em Julho de 2022.

FRANCISCO BELTRÃO, Paraná. Câmara Municipal de Vereadores. 2015

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil**: da ideologia da interdição do corpo a ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos. Série I. Escola; v.4. São Paulo: Cortez: Brasília, DF. INEP, 1989. p. 7-235

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 71º.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e terra, 2019. p. 12-226

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Preconceito contra o analfabeto**. v.2. São Paulo: Cortez, 2007.

GUIMARÃES, Fábio de Oliveira. **Políticas públicas e fechamento das escolas do campo no Brasil**. 2017. Seropédica, RJ. Disponível em:<<https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/2434/2/2017%20-%20Fábio%20de%20Oliveira%20Guimarães.pdf>>. Acesso em Maio de 2022.

LUTHER, Alessandra; GERHARDT, Tatiana Engel. Saberes da Amazônia. **Educação obrigatória, êxodo rural e fechamento das escolas do campo no Brasil**. Vol 03.2018. Disponível em:<<http://www.fcr.edu.br/ojs/index.php/saberesamazonia/article/view/292/273>>. Acesso em Julho de 2022.

MACÊDO, Lenilda Cordeiro. DIAS; Adelaide Alves. **A política de financiamento da educação no Brasil e a educação infantil**. 2011. Disponível em:<<https://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/24768/14359>> Acesso em Julho de 2022.

MACHADO, Maria Margarida. **Formação de professores para EJA: uma perspectiva de mudança.** Retratos da Escola, v. 2, n. 2/3, 2008.

MASCHIO, Elaine Falcade; PRADO, Eliane Mimesse; SOUZA, Maria Antônia de. Olhar do Professor. **O Plano Nacional de Educação e a educação de jovens e adultos no Estado do Paraná.** 2009. Ponta Grossa PR. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/>>. Acesso em Maio de 2022.

OSTROVSKI, Crizieli Silveira; CORREIA, Zélia Delgado. Educação: Teoria e Prática. **Educação de jovens e adultos e a evasão escolar: análise e proposição.** 2018. Vol 28. Rio Claro, SP. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/11109/8559>> Acesso em Julho de 2022.

PAULO, Freire. **Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos.** 7º. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 7-149

PARANÁ, Ampére. **Plano Municipal de Educação.** Secretária Municipal de Educação. 2015

PARANÁ, Barracão. **Plano Municipal de Educação.** Comissão local do Plano Municipal de Educação. 2014

PARANÁ, Bela Vista da Caroba. **Plano Municipal de Educação.** Câmara Municipal de Vereadores. 2015

PARANÁ, Pérola D'Oeste. **Plano Municipal de Educação.** Secretária Municipal de Educação, cultura e esporte. 2015

PARANÁ, Pinhal de São Bento. **Plano Municipal de Educação.** Secretária Municipal de Educação. 2015

PARANÁ, Planalto. **Plano Municipal de Educação.** Câmara Municipal de Vereadores. 2015

PARANÁ, Pranchita. **Plano Municipal de Educação.** Câmara Municipal de Vereadores. 2015

PARANÁ, Realeza. **Plano Municipal de Educação.** Câmara Municipal de Vereadores. 2015

PARANÁ, Santa Izabel do Oeste. **Plano Municipal de Educação.** Câmara Municipal de Vereadores. 2015

PARANÁ, Santo Antônio do Sudoeste. **Plano Municipal de Educação.** Câmara Municipal de Vereadores. 2015

RIBEIRO, Simone França; SOARES, Rosemary Dore. **Educação e cidadania: o voto das pessoas analfabetas.** Disponível em: <<https://www.anped.org.br/biblioteca/item/educacao-e-cidadania-o-voto-das-pessoas-analfabetas>> Acesso em Junho de 2022.

SANTOS, Daniella Miranda. **Memória, Igreja e Educação: Dom Azeredo Coutinho e o seminário de Olinda como precursor dos cursos jurídicos no Brasil.** 2012. Vitória da Conquista - BA. Disponível em: <[www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2020/10/Dissertação-de-Daniella-Miranda-Santos.pdf](http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2020/10/Dissertação-de-Daniella-Miranda-Santos.pdf)> Acesso em Maio de 2022.

SANTOS, Roseli Alves. **Território e modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná.** Revista Espaço Acadêmico. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11732/6709>> Acesso em Maio de 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil.** 3º.ed.rev.1 reimpr. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. p. 1-475

SILVA, Alexandre Ribeiro da; NETO, José de Caldas Simões ; RODRIGUES, Katissa Galgania Feitosa Coutinho. Estrutura e Funcionamento do Ensino no Período Pombalino no Brasil. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, 2018, vol.12, n.41, p.637-648. ISSN: 1981-1179.

WINCHUAR, Márcio José de Lima ; AGUERA, Cláudia Machado. **A alfabetização de jovens e adultos na região central do Paraná.** Disponível em:<<https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/2383>> Acesso em Julho de 2022.  
s cookies e tecnologias semelhante